

Notas sobre a relação entre Brasil e China nos anos 2000

Iderley Colombini Neto¹

Resumo

Nos últimos anos, principalmente a partir de meados dos anos 2000, o Brasil vivenciou uma situação econômica e política singular. Inicialmente marcado por um crescimento esperançoso com superávit na balança comercial e distribuição de renda, passa nos últimos dois anos pelas velhas contradições do continente latino americano com: reprimarização da economia, concentração de renda, baixo crescimento com políticas contracionista e precarização do trabalho. Muitas análises desse período recente consideram essa fase de expansão conectada com o novo papel desempenhado pela economia chinesa, que colocaria os países latinos americanos sobre uma nova ordem gravitacional de influência, deslocando o antigo peso dos países europeus e até mesmo dos Estados Unidos. Dentro dessa perspectiva, esse estudo pretende realizar um mapeamento das relações e impactos da China na economia e sociedade brasileira. A intenção principal não é fazer uma análise exaustiva de todos os impactos e nuances das mudanças da economia chinesa nos últimos 20 anos, ao contrário e de forma mais modesta, a intenção principal é avaliar até que ponto os principais canais de influência da China na economia Brasileira, alegados por vários pesquisadores de forma descuidada e imprecisa, são verdadeiros ou plausíveis.

Palavras-Chave: Relação China Brasil, Economia Política, Desenvolvimento.

Abstract

In recent years, mainly from the mid-2000s, Brazil experienced a singular economic and political situation. Initially marked by a hopeful growth with trade surplus and income distribution, the country passes the last two years with the old Latin American contradictions as: economy reprimarization, income concentration, low growth with contractionary policies and job insecurity. Many reviews of this recent period put this expansion phase connected with the new role of the Chinese economy, which would put Latin American countries on a new order of gravitational influence, displacing the old weight of European countries and even the United States. Many reviews of this recent period consider this expansion phase to be connected with the new role of the Chinese economy, which would place the countries of Latin America on a new order of gravitational influence, displacing the old weight of European countries and even the United States. Under this perspective this study aims to map the relations and China's impact on the Brazilian economy and society. The main intention is not to do an exhaustive analysis of all impacts and nuances of changes in the Chinese economy over the last 20 years, in other direction and more modestly, the main intention is to evaluate the extent to which China's major channels of influence in the Brazilian economy, alleged by many researchers carelessly and inaccurately, are true or plausible.

Key-words: Brazil and China Relation, Political Economy, Development.

Área 4: Estado e Nações diante do capitalismo atual.

Submetido às Sessões Ordinárias.

¹ Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ) e graduado pela Universidade de São Paulo. Atua como pesquisador no Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), o qual agradece pela oportunidade de estudo do tema em questão.
E-mail: iderley_colombini@hotmail.com.

Introdução

Nos últimos anos, principalmente a partir de meados dos anos 2000, os países da América Latina em geral, e o Brasil em específico, tem vivenciado uma situação econômica e política singular. A partir de meados dessa década obtiveram um crescimento esperançoso com superávit na balança comercial, algo raro na sua história dada a sua estrutura produtiva extremamente dependente de produtos tecnológicos importados. Entretanto, também é possível ver, principalmente nos últimos dois anos, a volta das velhas contradições do continente latino americano, como: reprimarização da economia, concentração de renda e precarização do trabalho. Ao mesmo tempo em que foi acompanhado por um forte crescimento do consumo doméstico, também obteve altas taxas de exportação principalmente de commodities marcadas por grandes investimentos internacionais. Muitas análises sobre esse período recente consideram essa fase de expansão conectada com o novo papel desempenhado pela economia chinesa, que colocaria os países latinos americanos sobre uma nova ordem gravitacional de influência, deslocando o antigo peso dos países europeus e até mesmo dos Estados Unidos. Dentro dessa perspectiva, esse estudo pretende realizar um mapeamento das relações e impactos da China na economia e sociedade brasileira. A intenção principal não é fazer uma análise exaustiva de todos os impactos e nuances das mudanças da economia chinesa nos últimos 20 anos, ao contrário e de forma mais modesta, a intenção principal aqui é avaliar até que ponto os principais canais de influência da China na economia Brasileira, alegados por vários analistas e pesquisadores de forma descuidada e imprecisa, são verdadeiros ou plausíveis.

A mudança na estrutura produtiva brasileira nos últimos dez anos com intensificação da exploração de recursos naturais, concentração da produção e altos investimentos principalmente na infraestrutura necessária para a realização dessa produção é atribuída quase como um mantra ao impacto da economia chinesa: nos preços das commodities, na balança comercial e nos investimentos diretos. Entretanto, apesar da seriedade desse argumento poucas considerações foram feitas sobre a relevância desses impactos. Até que ponto o aumento da demanda chinesa foi o real responsável por essas mudanças nos preços das commodities? Como as novas relações com a China alteraram a produção para exportação do Brasil? E por fim, até que ponto realmente os investimentos chineses foram para a produção de recursos naturais e não para a expansão da sua produção tecnológica no mercado de consumo brasileiro? Como apresentaremos durante esse trabalho, a China foi um peso determinante na história recente das economias latinas, contudo apresenta certas singularidades importantes para a compreensão dessas mudanças, principalmente no que condiz com a própria *forma* do Estado nesses últimos anos.

A fonte dos investimentos realizados nesse período também é de grande importância. O enorme montante financeiro destinado para a criação dessa rede de infraestrutura para escoamento

dessa produção de commodities foi realizado de forma nacional ou com financiamentos internacionais? Até que ponto os chineses, atualmente com os maiores bancos de investimentos mundiais participaram desse processo? No caso brasileiro em que o BNDES possui um papel central de financiador dos empreendimentos nacionais, como os financiamentos chineses se estabelecem: em concorrência com os financiamentos nacionais ou em outras áreas que possibilitassem um maior adensamento da sua produção no consumo doméstico brasileiro (como a instalação de fábricas e redes de distribuição chinesas no país)?

Ainda com relação à mudança na estrutura produtiva existem vários pontos que carecem de questionamentos. No caso da pauta de exportação, apesar do inquestionável crescimento das relações comerciais com a China (tanto de importação como de exportação), necessitasse ponderar quais são os reais impactos desse crescimento. A troca de grande parceiro comercial brasileiro dos Estados Unidos para a China trouxeram quais consequências? Até que ponto a produção brasileira se intensificou em recursos naturais com a China, dado a sua antiga relação com os Estados Unidos e países da União Europeia e seu longo histórico de importação de produtos tecnológicos?

Por fim, além das relações comerciais e das mudanças produtivas, esse novo papel desempenhado pela China traz consigo mudanças mais subjetivas e profundas, as quais vão além da simples esfera comercial. A economia e o Estado nacional só podem ser entendidos a partir da sua relação internacional específica, como constituinte do sistema capitalista, por isso se questiona também até que ponto o novo papel desempenhado pela China possibilitou a formação do modelo político econômico que se instalou na América Latina e especificamente no Brasil em meado dos anos 2000? A resposta dessa pergunta não pode e nem deve ser de forma definitiva, mas principalmente um norteador para essa pesquisa, que pretende ao menos levantar elementos para reflexão e questionar ou investigar afirmações correntes que carecem de melhores ponderações.

Com a intenção de responder as perguntas levantadas nessa introdução e mapear os principais canais de influência da China na economia brasileira, pretende-se na primeira sessão desse trabalho apresentar de forma sucinta ponderações teóricas sobre a relação do Estado com a economia, principalmente no que compete ao sistema capitalista internacional. A partir desse arcabouço teórico, as demais sessões apresentarão três pontos considerados importantes para as análises que conectam o modelo político econômico brasileiro com a China, sendo estas: as relações comerciais, a demanda chinesa (preço das commodities) e os investimentos chineses. Por fim, após essas três sessões, uma breve conclusão apresentando os principais pontos e questões debatidos nesse trabalho para elucidar como objetivo final até que ponto essa relação não levou apenas a mudanças estritamente econômicas, mas também mudanças institucionais e sociais.

Ponderações teóricas sobre a *forma* do Estado capitalista e o sistema internacional

“Cada economia nacional só pode ser conceitualizada adequadamente como um internacional específico e, ao mesmo tempo, uma parte integrante do mercado mundial. O Estado nacional só pode ser visto nesta dimensão”
(v Braunmühl 1976, p 276;.. Tradução minha).

Quando se tem como tarefa analisar e desvendar as mudanças na *forma* do Estado há uma atração para buscar as leis tendenciais ou naturais que guiariam esses processos de transformação. Noções como estratégia de acumulação e projetos hegemônicos nacionais são os principais conceitos das concepções carregadas de um funcionalismo do Estado com relação ao econômico. Por mais que essas noções teóricas tenham como intenção teorizar o aspecto político, concedendo autonomia a essa esfera e dando primazia aos conflitos de classe, na prática acabam por “aceitar” o sistema capitalista com leis econômicas que ditaria seu rumo, o qual, entretanto, seria marcado por percalços advindos do conflito de classes. A relação externa entre o econômico e o político, ao invés de colocar essa primazia no conflito do trabalho, em última instância considera as leis econômicas do capitalismo como seu determinante, cabendo ao conflito de classe em geral e, ao Estado em particular, resolver esses processos de contradições para assegurar a reprodução do modo de produção capitalista (ver Clarke, 1982). Projetos hegemônicos e estratégias de acumulação não passariam de uma função do Estado, que dominados pela classe capitalista ou por uma fração de classe determinada, garantiria o processo de valorização para seguir as tais leis do capital.

Em oposição ao determinismo das supostas leis naturais do capital, a relação entre economia e política considerada nesse trabalho é interna, ou seja, de distinção na unidade que é o modo de produção capitalista. A *forma* do Estado e da produção econômica são momentos do mesmo processo, por isso ao analisar a *forma* do Estado em um caso determinado, deve-se considerar esse Estado como uma interiorização política do modo de produção capitalista, ou seja, como uma interiorização da contradição entre capital e trabalho, que na esfera do Estado se dá no mercado global. “O desenvolvimento da forma do Estado não é nem um reflexo das mudanças políticas e ideológicas, nem meramente resultado de crise econômica, mas um modo de movimento da forma contraditória do Estado capitalista em face do desenvolvimento em crise de acumulação e, como tal, um processo do poder constituinte do trabalho dentro do capital. (...) A forma do Estado é um momento subalterno para o movimento internacional do capital, isto é, para o possível desenvolvimento concreto da abstração substantiva do antagonismo de classes. O mercado mundial constitui um modo de existência das contradições da reprodução social: concentração global de acumulação capitalista, que é a negação e afirmação do trabalho apropriado” (Bonefeld 1992, p 122; minha tradução).

A dinâmica do sistema capitalista apresenta uma lógica de expansão própria, a qual apresenta intrinsecamente várias contradições internas². O processo de acumulação no sistema capitalista possui como característica intrínseca uma tendência de promover as forças produtivas sem limites. A concorrência do capitalista individual leva a um processo ilimitado de aumento da incorporação de meios de produção e de maior tecnologia. Assim, diferentemente das teorias burgueses, a reação capitalista a competição não seria ajustar a produção para os limites do mercado, ao contrário, seria a intensificação dessa produção em todos os seus sentidos. Entretanto é justamente essa tendência de desenvolver as forças produtivas sem olhar os limites do mercado e as necessidades e realidades sociais, que já subjaz a tendência de superacumulação global e de desenvolvimento desigual do capital, o que leva as recorrentes crises e processos de desigualdade e exclusão. Contudo apesar dessa acumulação e suas contradições ocorrem um nível puramente global, os descompassos e arranjos políticos devem também ocorrer em bases nacionais dentro do Estado.

No que concerne o momento de desenvolvimento de uma economia nacional essas contradições devem ser entendidas dentro do processo de acumulação global, dado o fluxo de capitais que interliga todas as economias dentro do mesmo sistema. A relação do Estado com a dinâmica de acumulação no sistema capitalista não é direta, mas mediada pelas *formas* do estado, as quais por sua vez se originam do conflito de classe. Entretanto apesar do estado ser constituído politicamente em bases nacionais, o caráter de classe não é definido em bases nacionais, pois o processo de acumulação é global. Ai aparece umas das principais contradições do processo de desenvolvimento no sistema capitalista, pois apesar desse caráter global da acumulação, a estabilização política do Estado tem que ser encontrada em suas bases nacionais. “O resultado é que, em termos mais gerais, a contradição inerente à acumulação capitalista aparece para o Estado sob a forma de barreiras à acumulação sustentada de capital produtivo nacional apresentado pela acumulação de capital em escala mundial (Clarke, 1992, p.135)”.

Contudo o Estado Nacional não pode resolver essas contradições inerentes ao sistema capitalista, mas ele pode conter o impacto político dessas contradições, na medida em que é capaz de garantir a integração da acumulação de capital produtivo nacional na acumulação de capital em escala mundial³. Assim os limites e questões estão mais relacionados com a *forma* dos sistemas de

² No sistema capitalista as contradições são normalmente ressaltadas em momentos de crise, em que a superacumulação detona um processo dramático de desvalorização do capital e de descompasso entre a produção e a acumulação. Entretanto essas contradições não existem apenas em momentos específicos de crise, mas também na realidade cotidiana da acumulação, como a pressão da concorrência que leva a uma intensificação da luta de classes, as volatilidades do capital, a destruição da capacidade produtiva e o deslocamento do trabalho assim como sua exploração (Clarke, 1992, Open Marxist).

³ A visão apresentada aqui nesse trabalho destoa das abordagens como as teorias da regulação e as teorias sociais de regulação, que entendem as instituições e/ou esferas sociais e políticas como mecanismos de resolução das contradições inerentes ao capital. Entretanto o Estado não possui essa capacidade de solucionador de contradições, mesmo porque

Estados internacionais do que com o Estado Nacional em si, dado a importância do modo de integração na acumulação global.

Por isso quando analisamos a *forma* do Estado brasileiro como momento do processo de acumulação não devemos nos ater a vê-lo como fruto de um projeto hegemônico, em que uma fração de classe colocaria o papel do Estado a disposição para garantir uma estratégia de acumulação. A *forma* do Estado brasileiro na última década é um reflexo da contradição do Estado capitalista em frente do desenvolvimento do seu próprio sistema, que a nível global específico dessa última década está intimamente interligado com a emergência chinesa. A internalização do movimento internacional do capital no Brasil como reflexo na *forma* do Estado pode ser facilmente visualizado pela própria relação desse país com a China nos últimos anos.

Quando se analisa as transações comerciais entre Brasil e China pode-se perceber uma mudança histórica, principalmente quando comparados com outros grandes parceiros comerciais brasileiros como EUA e União Europeia. Essa alteração não é simplesmente no parceiro, mas principalmente na escala e na própria pauta de comércio.

Medeiros (2006) apresenta de forma muito clara a nova dinâmica desempenhada pela China na economia mundial, tendo como característica funcionar como um “duplo polo”. O papel desempenhado pelo Estado chinês passa a ser tanto pelo lado das suas importações quanto pelas suas exportações. A China se tornou o principal produtor e exportador mundial de produtos da tecnologia da informação e de bens de consumo intensivo em mão de obra. Dessa forma transformou-se num exportador líquido para os Estados Unidos, o Japão e alguns países europeus. Do lado das suas importações, tornou-se um grande demandante da produção mundial de máquinas equipamentos, de produtos de alta tecnologia e de matérias primas, o que levou a China a se tornar um grande importador de produtos baseados em recursos naturais de países da Ásia, da África e da América Latina.

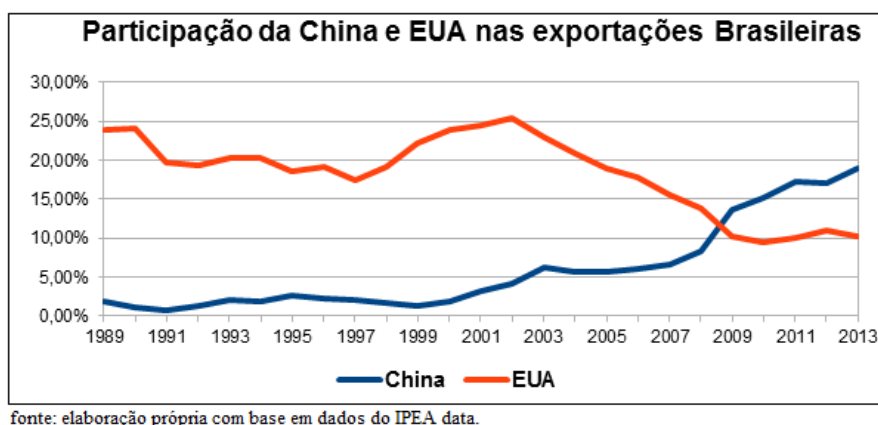
Esse papel de duplo polo da China no Mundo desencadeou em grandes mudanças estruturais, as quais podem ser sistematizadas conforme Pinto (2013) por: i) elevação e manutenção dos preços internacionais das commodities através do aumento da demanda por esses produtos; ii) estabilização ou baixo crescimento do nível de preços das manufaturas como reflexo da pressão competitiva da produção chinesa; iii) sustentação dos termos de troca favoráveis aos países exportadores de commodities; iv) expansão mundial do consumo em massa, dado a mudança entre preços relativos de manufaturas e salários. A esses quatro pontos poderia se somar também os impactos dos investimentos chineses, que para muitos análises já se tornam também um dos grandes elementos de mudança estrutural no mundo.

sendo parte constituinte do modo de produção capitalista também é o próprio gerador dessas contradições. Para uma crítica mais aprofundada sobre essas abordagens funcionalistas do Estado capitalista ver: Clarke, 1991; Bonefeld, 1991e Kotz, 1990.

A intenção dessa parte do trabalho é exatamente analisar e ponderar como ocorreram essas transformações advindas da China na economia brasileira, tentando explorar de forma mais detalhada quais foram as especificidades dessas mudanças. Em síntese, a intenção dessa parte do estudo é responder ou averiguar aos vários mitos ou alegações displicentes sobre a relação da China com o Brasil. Dessa forma se estrutura em três partes: i) as relações comerciais entre China e Brasil; ii) os impactos nos preços das commodities e as mudanças na economia chinesa e mundial recentes; iii) os investimentos chineses no Brasil.

As relações comerciais entre China e Brasil

Em 2000 as exportações brasileiras para a China eram de US\$ 1.085 milhões, dez anos depois esse valor já era de US\$ 30.786 milhões em 2010 e em 2013 esse valor atingiu o patamar de US\$ 46.026 milhões, apresentando um crescimento de 4.141% dos anos 2000 até 2013. Esses valores também podem ser vistos no quanto as exportações para a China representam no total das exportações do Brasil. Em 2000 as exportações chinesas representavam apenas 1,97% das exportações brasileiras, em 2013 já chega perto de representar 20% (19,2%). É inegável o crescimento dos laços comerciais entre Brasil e China, principalmente da exportação de commodities e a importação de produtos tecnológicos. Entretanto, esse modelo de balança comercial sempre foi o padrão brasileiro de relação com os países mais desenvolvidos, como EUA e Europa. Dessa forma nos fica a pergunta, o que realmente mudou com esse crescimento do comércio com a China, em outras palavras, houve alguma mudança nesse padrão comercial?



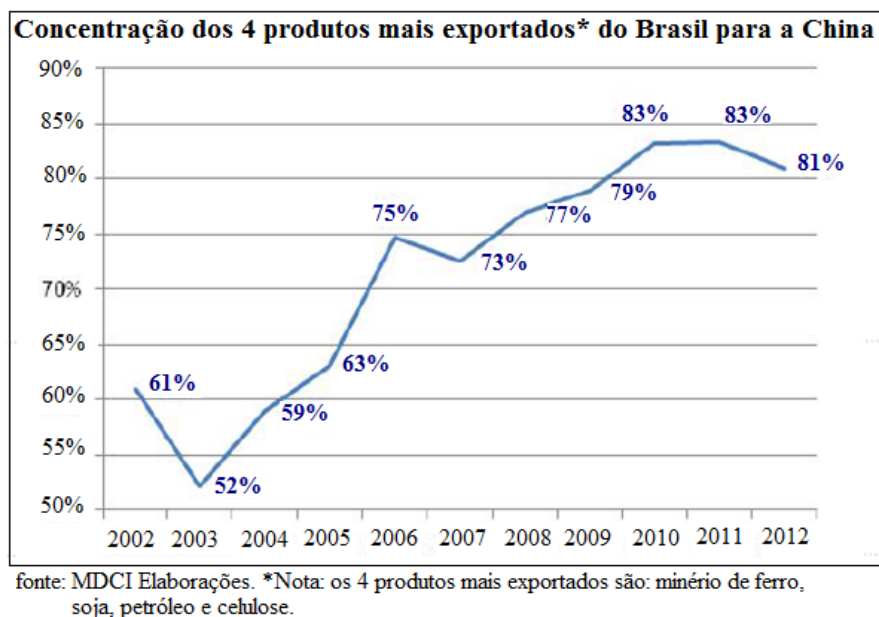
Em comparação com os EUA podemos visualizar a mudança das exportações brasileiras com a incorporação chinesa. Apesar das exportações brasileiras com os EUA também terem aumentado, esses valores são muito mais acanhados quando comparamos com os chineses. Nos anos 2000 as exportações brasileiras para os EUA já eram de US\$ 13.189 milhões, chegando em 2013 a US\$ 24.653 milhões, o que dá um crescimento imensamente inferior ao chinês, crescimento de 4.141% em comparação aos 87% de crescimento para os EUA. Olhando o gráfico abaixo podemos visualizar a dimensão dessas mudanças, com a simbólica inversão de principal parceiro comercial brasileiro justamente em 2008-2009, anos da grande crise financeira norte americana.

No caso das importações brasileiras podemos observar um processo bastante semelhante. Em 2000 as importações brasileiras para a China eram de US\$ 1.222 milhões, em 2013 alcançou US\$ 37.303 milhões, um crescimento de 2.953%. Novamente, assim como nas exportações brasileiras, a China já se tornou o país com a maior importação de produtos brasileiros, passando novamente os EUA por volta do ano de 2009.

Além do crescimento da relação comercial com a China, a pauta de produtos importados e exportados possui características específicas, as quais salientaram ainda mais as mudanças na economia brasileira. Historicamente as exportações brasileiras são extremamente concentradas em produtos primários ou manufaturas baseadas em produtos naturais, entretanto, na última década houve também um processo de fortalecimento da reprimarização da pauta exportadora, que tem na relação com a China o grande símbolo desse processo. Mas pela análise dos dados podemos observar que essa alteração ocorre acompanhada da mudança da própria estrutura produtiva brasileira, em uma relação dual do aumento da demanda por commodities e do aumento dos investimentos na produção desses produtos. Não foram apenas as exportações para a China que mudaram a estrutura produtiva brasileira, a própria relação brasileira com outros países também ficou mais dependente de produtos primários.

No caso das exportações brasileiras para os EUA podemos observar uma mudança significativa do período de 1997 até 2005 comparado com 2006 até 2014. No primeiro período os 4 principais produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos são: calçados, aviões, ferro e terminais portáteis de telefonia celular. No período seguinte os 4 principais produtos são: petróleo, ferro, café e aviões, mas seguido de perto por celulose. Outro dado interessante se refere a concentração dessa pauta exportadora para os EUA, que os seus 10 principais itens representavam 35% no primeiro período e no segundo esse valor subiu para quase 41%.

No caso do comércio com China a concentração em determinados itens é ainda mais reveladora, podendo indicar qual é a ordem de causalidade entre aumento da demanda por commodities e mudanças na matriz produtiva brasileira. No primeiro período de 1997 até 2005 as exportações para a China são muito pequenas, principalmente quando comparado com o patamar atual. A soma dos valores de todos os produtos nesse período são inferiores somente a exportação brasileira para a China no ano de 2010. Dos produtos exportados para a China se destaca tanto a maciça presença de produtos baseados em recursos naturais quanto o elevado e crescente processo de concentração. Os quatro principais produtos brasileiros exportados para a China são: minério de ferro, soja, petróleo e celulose. A concentração desses produtos nas exportações brasileiras merece destaque. No período de 2006 a 2014 esses produtos obtiveram uma concentração na pauta dos produtos exportados para a China de mais de 75%, tendo ainda uma tendência crescente nos últimos anos, chegando a mais de 82% em 2013, como podemos ver no gráfico a baixo.



No caso da importação de produtos chineses pelo Brasil a concentração acontece justamente em sentido oposto, com uma predominância praticamente total de produtos manufaturados, correspondendo no ano de 2014 a 98%. Dentre desses produtos manufaturados, possui um grande destaque para máquinas e equipamentos, com 51% dos itens importados da China em 2013, sendo 29,1% para máquinas elétricas e 21,8% para máquinas mecânicas. Dentro de máquinas elétricas se destacam: partes de aparelho de TV, partes de aparelho de telefonia, terminais portáteis de telefone celular, computadores e circuitos impressos. Nas máquinas mecânicas os principais itens são: tela para microcomputadores, partes e acessórios para computadores, aparelhos de ar-condicionado e fornos.

Essa concentração nas importações brasileiras de produtos manufaturados chineses não é um fato isolado do Brasil, ao contrário, pode ser caracterizado por um dos grandes traços do chamado “efeito China”. Esse *boom* nas importações das manufaturas chinesas com maior intensidade tecnológica e a preços relativos mais baixos seria uma das esferas da dupla polaridade chinesa, sendo a outra o efeito nas commodities, como veremos na próxima sessão.

Diferentemente dos preços dos produtos naturais, os preços dos produtos manufaturados tecnológicos baixaram ou permaneceram constantes na última década. Os motivos principais são destacados como o baixo poder de barganha dos trabalhadores industriais dos países ricos, dado a forte competição com o baixo custo em dólar da mão de obra industrial chinesa e a intensificação de multinacionais na China que trouxeram novos ganhos de produtividade (Fiori, 2006 e 2011; Pinto & Balanco, 2012; Serrano, 2013).

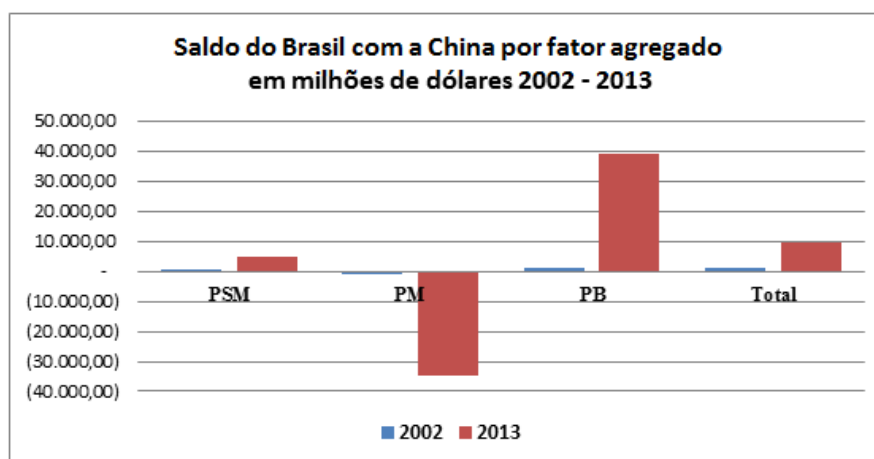
A pressão competitiva chinesa derivada dos seus baixos salários em dólares, suas novas formas de organização e gestão da produção, economias de escala e escopo, etc; levaram a uma situação de termos de trocas favoráveis com os países da África e da América Latina. Essa situação favorável na balança comercial possibilitou um relaxamento das restrições externas que esses países

sempre sofreram historicamente, o que levou a políticas de maior liberação do crédito e do consumo. O “efeito China” pode ser visto com uma relação dual, ao mesmo tempo em que melhorava a situação dos termos de troca dos países exportadores de commodities, fortalecia o consumo de produtos manufaturados, principalmente para uma fração de classe social apartada desse consumo.

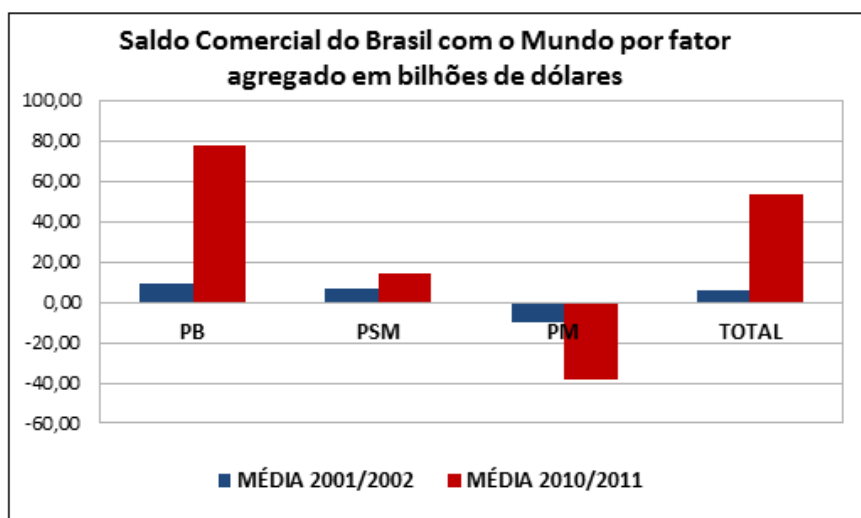
A expansão mundial do consumo de massa para segmentos antes excluídos do mercado deve ser visto como um processo interligado a mudança dos preços relativos entre salários e produtos manufaturados. O momento recente em vários países da América Latina e da África de uma enorme inserção das frações de classe mais baixa ao consumo de produtos manufaturados tecnológicos (como aparelhos de TV, computadores e smartphones) faz parte de um dos polos do efeito China. Entretanto, ao mesmo tempo em que essa relação chinesa possibilita ganhos materiais reais para classes mais pobres, também trás consigo novas contradições sociais.

A enorme disparidade do Brasil com a China entre os produtos exportados e importados não pode ser desconsiderada quando consideramos as mudanças estruturais na economia brasileira. No novo século, o Brasil firmou sua inserção numa matriz cada vez mais global, o que se reflete na orientação geral da economia, marcada por uma forte expansão em termos de comércio exterior, por sua vez pautado pelo crescimento das exportações primárias e pela diminuição relativa das exportações manufatureiras (Delgado, 2010 e 2012). Concentração da produção, reprimarização da economia, concentração de investimentos em poucos setores e projetos de infraestrutura voltados para a exportação não podem ser desconsiderados como parte de uma inter-relação de Brasil e China. Entretanto, apesar desse processo ser percebido em sua maior complexidade, salientando suas contradições, grande parte das análises se baseiam simplesmente nos aspectos comerciais, vangloriando o momento grandioso de balança comercial superavitária do país no período analisado.

Os dados do saldo comercial brasileiro por fator agregado tanto com o mundo como com a China, revelam a outra característica desse processo. Antes dessa última década o saldo brasileiro para os setores de produtos básicos (PB - representando os produtos naturais) e o de semimanufaturados (PSM - manufaturas baseadas nos produtos naturais) eram levemente superavitários, com a balança em produtos manufaturados levemente deficitária, o que implicava em um saldo comercial total variando em torno do zero. Nessa última década esse panorama se altera drasticamente, com um forte aumento nas exportações de produtos básico e um aumento nas importações de produtos manufaturados, mas com uma balança comercial geral superavitária.



fonte: elaboração própria com base em dados do MDIC.



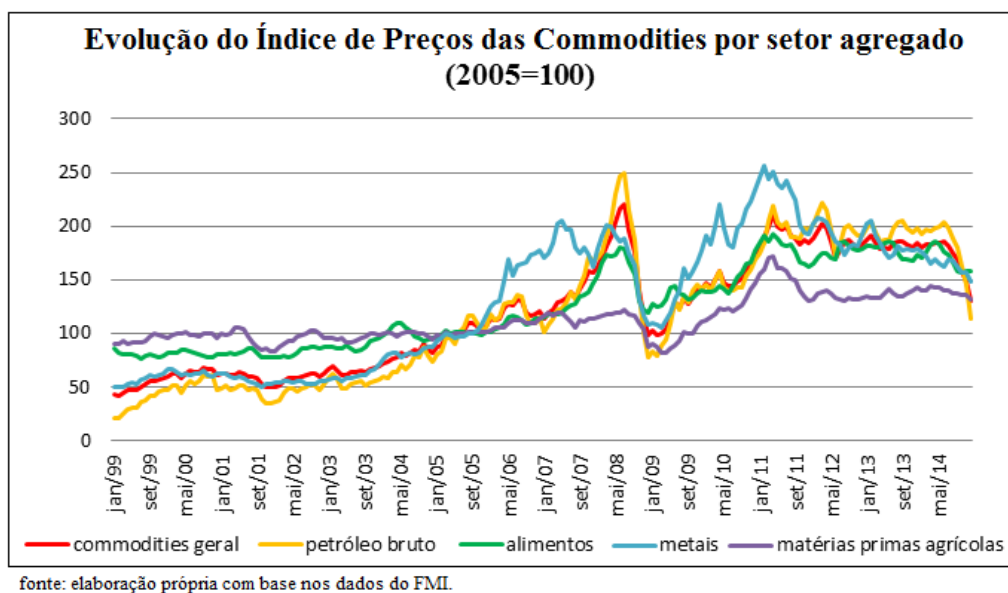
fonte: elaboração própria com base em dados do MDIC.

Há uma grande dificuldade em afirmar diretamente que essa alteração da balança, por exemplo, se deva completamente a demanda chinesa. Como podemos ver nos gráficos abaixo existe uma forte correlação dos saldos comerciais brasileiros com o mundo e com a China, mas que mostra também uma dualidade entre as mudanças internas e as mudanças por efeito China. O superávit brasileiro com a China é bem inferior ao obtido com o resto do mundo, evidenciando um processo complementar ao chinês. Esse grande crescimento das exportações está ligado também ao forte crescimento no preço das commodities, que aumentou consideravelmente o saldo brasileiro.

Para entendermos melhor a relação da demanda chinesa com as mudanças no Brasil precisamos analisar melhor o impacto dessa nova demanda no mundo. De que forma esse aumento nos preços das commodities esteve relacionada com o aumento da demanda chinesas por esses produtos. Essa discussão contém vários elementos que serão importantes para compreendermos melhor as mudanças recentes no Brasil. Conforme evidenciaremos em seguida, esse aumento de preços não deve ser relacionado apenas com a demanda, existem também outros fatores como de oferta (da produtividade dessa produção) e das políticas dos países produtores que foram responsáveis por esse processo.

O preço das commodities e a economia chinesa recente

Os países da América Latina apresentaram nos anos 2000 um forte saldo positivo na balança comercial, o que pode ser fortemente relacionado com o aumento dos preços das commodities. A alta desses preços pode ser vista como um episódio histórico, não só pelo nível do aumento, mas também pela sua própria continuidade, dada a forte volatilidade dos preços dos produtos baseados em recursos naturais. Os preços internacionais das commodities em geral (tanto agrícolas quanto minerais) obtivera um forte crescimento não só em termos absolutos, como também em termos relativos, ou seja, quando comparados aos preços internacionais em dólar dos produtos manufaturados ou em termos de índices gerais de preços ao consumidor da maioria dos países. Dessa forma é extremamente importante entender ou analisar mais atentamente quais foram os responsáveis por esse processo. O primeiro argumento, e muito difundido em todos os meios, é o forte aumento da demanda chinesa. Entretanto, apesar da indiscutível importância desse fator, é fundamental destacar outros fatores que estão relacionados, os quais podem se alterar mais facilmente do que a demanda chinesa e provocar processos distintos.



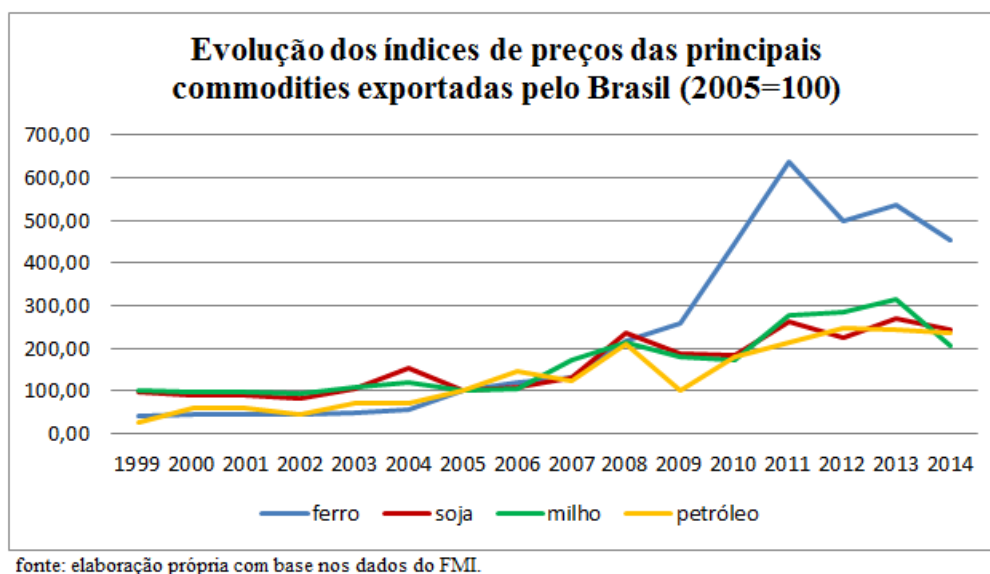
Os preços das commodities em geral alcançaram níveis históricos extremamente baixos em 1999, com destaque para os preços do petróleo (Ferreira, 2012). O petróleo já tem uma alta em 1999, mas a partir de 2003 juntamente com os preços dos metais, passa por uma forte elevação. A partir de 2005 os metais passam a crescer ainda mais rápido do que o petróleo. Os alimentos possuem um crescimento mais lento e só acontece de forma mais elevada a partir de 2007, apesar de se observar que em todo o período também possuem um crescimento significativo. Durante os anos de 2008 e 2009 os preços de todas as commodities caem drasticamente como consequência da crise internacional, mas já se recuperam em 2010, tendo o seu pico em 2011.

Se olharmos para toda a década foram os preços de energia (petróleo) os que mais cresceram, entretanto os preços dos metais nos principais momentos de crescimento, tanto a partir

de 2003 e na aceleração de 2007, quanto na recuperação em 2010, foram os preços que obtiveram as maiores taxas de crescimento. Como veremos essas dinâmicas dos preços das commodities se devem a estruturas distintas, as quais engendram novas implicações tanto econômicas quanto políticas.

De acordo com dados do FMI, os preços dos metais cresceram cerca de 200% de 2003 a 2013 e o preço do petróleo em cerca de 260%. Entretanto, o preço do petróleo que permaneceu alto ainda em 2013 se alterou completamente durante o ano de 2014, tendo incríveis quedas. Os alimentos, por sua vez, tiveram crescimento mais acanhado quando comparado com essas outras duas commodities, mas também apresentaram um crescimento expressivo de cerca de 100%. No caso dos alimentos há ainda uma questão de grande disparidade, pois existem alguns alimentos específicos com um crescimento muito mais elevado na década.

Ainda analisando o quantum do aumento dos preços, vale apresentar que diferentemente das commodities, os produtos manufaturados não obtiveram um crescimento significativo dos seus preços, como já argumentado anteriormente. Segundo dados da OMC a taxa de inflação mundial ficou em patamares de 3,87% ao ano de 2003 a 2010, tendo os produtos manufaturados um crescimento médio anual de 4,85% de 2003 a 2010.



Quando observamos os principais itens exportados pelo Brasil para China esse processo de elevação dos preços fica ainda mais explícito, mostrando como esse aumento no saldo comercial se deve não só a um aumento da quantidade, mas também dos preços desses produtos. Tanto os preços do minério de ferro quanto da soja e do milho apresentaram um crescimento ainda superior a média dos minerais e dos alimentos, respectivamente⁴.

⁴ O ferro de 2003 a 2013 obteve um crescimento em cerca de 988%, comparado com os 200% da média dos metais. A soja e o milho obtiveram um crescimento no mesmo período de 152% e 186%, respectivamente, também bem superior aos 100% de crescimento no preço médio dos alimentos.

O aumento dos preços das commodities na última década é algo inquestionável, contudo é fácil notar que existem dinâmicas diferentes para os distintos produtos⁵. O aumento da demanda chinesa é um desses elementos. No caso dos metais o aumento da demanda chinesa é colocado como um dos grandes fatores, até mesmo pelos analistas que retiram da China essa importância pelos preços das commodities⁶.

No caso dos alimentos e do petróleo a importância da demanda chinesa direta foi bem distinta. Apesar do aumento do consumo chinês ter sido alto, no caso dos alimentos parte de um patamar muito baixo, o que reflete em um efeito na demanda mundial pequeno. Para os alimentos a grande exceção é a soja, com uma importância maior da demanda chinesa⁷. O efeito chinês para o petróleo também possui níveis bem mais baixos. Apesar do forte crescimento do consumo e da importação chinesas, ainda representa um nível relativamente pequeno⁸.

Apesar do aumento nos preços das commodities terem sido generalizados, quando analisamos mais particularmente podemos perceber certas especificidades, principalmente quanto relativizamos os impactos do efeito chinês. Dessa forma podemos perceber três dinâmicas diferentes para as commodities dentro de um quadro maior de mudanças mundiais, assim descreveremos brevemente as diferenças dos mercados de metais, alimentos e petróleo, enfatizando o atual momento de desenvolvimento do sistema capitalista, em que se destaca o acirramento entre China e EUA.

- Petróleo

Como enfatizado por Serrano (2013) a dinâmica dos preços das commodities não pode ser vista simplesmente pelo lado da demanda, mas também deve ser analisado e considerado o lado da oferta, ou seja, tanto os custos de produção quanto os arranjos políticos e geopolíticos por trás do estabelecimento dos preços. O caso do petróleo pode ser o grande exemplo dessa importância do

⁵ No primeiro período de crescimento dos preços de 2002 a 2007 o consumo chinês de minério de ferro cresceu 224,9%, enquanto que no resto do mundo o crescimento foi de 19,5%, o que confere um efeito de demanda chinesa para o crescimento de 38,4%⁵. A demanda por outros metais obteve um crescimento menos espetacular que o ferro, mas também significativo. O consumo de cobre cresceu de 2002 a 2007 em 77% na China e 6,1% no Mundo, tendo um efeito da demanda chinesa de 12,3%; o alumínio cresceu no mesmo período 124,3% na China e 20,4% no Mundo, tendo um efeito chinês de 18,2% e o zinco cresceu 70,7% na China e 2,9% no Mundo, tendo um efeito de 14,8% (Jenkins, 2011).

⁶ “(...) o papel da China parece mais ter compensado parcialmente o marcante declínio na demanda por commodities dos países ricos. A grande exceção a isso é o aumento extraordinário no uso de metais na China, associado às altas taxas de crescimento do investimento público e privado, particularmente em construção e infraestrutura em geral” (Serrano, 2013, p. 174).

⁷ Alimentos como café, açúcar e banana obtiveram um crescimento de 2002 a 2007 no consumo chinês de 32,3%, 30,6% e 25%, respectivamente, mas o efeito da demanda chinesa foi de 01%, 1,5% e 0,6%. A soja possui uma dinâmica um pouco diferente, apresentando um crescimento de 116% de 2003 a 2013, em relação aos 37% do crescimento do consumo mundial, o que representou um efeito da demanda chinesa de 12% e uma participação no consumo total de 30% em 2013.

⁸ De 2003 a 2013 o consumo chinês de petróleo aumentou 81% em relação a 13% de aumento da demanda mundial, passando de uma participação no consumo de 7% para 11%, com isso o efeito chinês na última década não passou de 4%, sendo menor ainda na primeira fase de crescimento dos preços de 2002 a 2007, onde o aumento do consumo chinês foi de 48,7% com um efeito de apenas 2,7%.

quadro político, visto as grandes mudanças recentes. No final dos anos 1990 o preço do petróleo atingiu patamares de baixa históricos, ao que se seguiu a toda uma década de forte crescimento com picos de alta. Entretanto, no último ano de 2014 o petróleo passa por um momento de forte baixa, com novas descobertas de petróleo e mais determinadamente a nova postura da OPEP e dos EUA na produção e estabelecimento do seu preço.

Durante o período de alta do preço do petróleo muitas teses foram construídas, tanto com relação a demanda chinesa e sua carência do produto, quanto por expectativas ambientalistas do fim das reservas de petróleo.⁹ Em alguns momentos argumentos como o fim do petróleo barato ou alegando um mito quanto ao verdadeiro nível das reservas dos países da OPEP foram tomados como certos. Contudo, atualmente podemos ver a falácia¹⁰ desses argumentos e nos deter mais atentamente aos fatores políticos por trás da formação desses preços. Não só as reservas de petróleo tem aumentado nos últimos anos como novas formas de obtenção têm sido descobertas, apesar de mais danosas ambientalmente e mais custosas economicamente.

No caso do petróleo a OPEP possui um papel central, tendo os menores custos e as maiores reservas, o cartel teve como política nos últimos anos produzir muito menos daquilo que poderia ser sua capacidade produtiva¹¹, o que leva a preços mais elevados do petróleo. A Arábia Saudita dentro da OPEP e, no mercado do petróleo em geral, funciona como o produtor “regulador”, mantendo uma capacidade ociosa considerável, o que é capaz de ajustar a relação entre oferta e demanda controlando os preços e forçando uma coordenação com os demais grandes países exportadores (OPEP). A grande questão aqui está por trás dessa intenção da Arábia Saudita, que consegue impor uma restrição a oferta de petróleo, mantendo os preços do petróleo acima de certo piso, o qual é suficiente para cobrir os custos da produção das indústrias norte-americanas com um custo relativo mais alto, apesar do seu forte poder econômico e político.

A relação geopolítica estratégica entre a Arábia Saudita e os EUA é um elemento central desse processo. A manutenção do preço nesse piso garante não só a produção dos EUA, como muitas outras de níveis intermediários. Esse patamar acontece com a demanda “normal”, mas quando ela se encontra aquecida a produção de petróleo se torna viável em outras regiões onde o custo de produção é ainda mais elevado (como por exemplo, as perfurações submarinas brasileiras e as de areias betuminosas no Canadá e EUA), o que causa esse aumento que observamos nas últimas

⁹ O perigo ambiental não está no fim do petróleo (“pico do petróleo”), mas no contrário, na sua abundância que leva a um uso desmedido e desmensurado, que não internaliza os seus enormes custos ambientais e dá continuidade a um processo de expansão ilusória.

¹⁰ Uma análise mais atenta sobre a crítica a esses argumentos pode ser vista em Lynch (2006) e Davidson (2008).

¹¹ Essa política tem se invertido recentemente durante o ano de 2014, com decisão da OPEP em aumentar a produção, mesmo com o aumento da oferta de petróleo por parte das areias betuminosas canadenses e norte-americanas, o que tem gerado grande polêmica por ser devido a uma intenção norte-americana de se opor a países como Rússia e Venezuela, ou uma retaliação dos países da OPEP com a intenção de conter o crescimento dessa exploração do xisto. Apesar de uma discussão importante, foge do escopo desse trabalho.

décadas. A imposição norte americana sobre a produção de petróleo na Arábia Saudita para garantir a competitividade das suas petroleiras nacionais leva a uma dinâmica extremamente particular desse produto. Dessa forma, o aumento do preço do petróleo na última década esteve muito menos relacionado com o aumento de demanda chinês, dada a grande determinação desse preço pelo jogo politico-estratégico norte americano.

- Alimentos

No caso dos alimentos a questão é bem diferente. Como foi apresentada anteriormente, a elevação dos preços foi bem menor, com crescimento na demanda bem inferior a outras commodities, como os metais. A estrutura produtiva agrícola é bem distinta a da indústria petrolífera e da mineração. A capacidade da oferta agrícola se adaptar ao aumento da demanda é muito superior. Diferentemente da indústria extrativa, a produção agrícola possui uma facilidade muito maior de implementação tecnológica e principalmente de forma mais rápida. O progresso técnico na produção de alimentos é muito mais rápido do que nos outros setores analisados. Durante os anos de 1980, mas principalmente nos anos de 1990, houve um grande processo de renovação no campo, com concentração de terras e implantações de grandes multinacionais voltadas ao mercado crescente de alimentos, principalmente de soja e milho.

O aumento dos preços dos alimentos a partir de 2006 parece estar mais relacionado com o próprio aumento do petróleo e da procura pelos biocombustíveis. O aumento do petróleo impacta a agroindústria tanto pelo aumento da energia quanto pelo custo do fertilizante. Os biocombustíveis também foram outro fator determinante, principalmente a partir de 2006/2007 houve um forte aumento pela demanda de biocombustível, aumentando a sua produção e reconfigurando o campo de grandes extensões antes destinadas para a produção alimentícia. Países como Brasil, EUA e Austrália passaram por várias modificações na sua agricultura para atender esse setor, o que em termos relativos, levou a um impacto na produção e no preço dos alimentos.

- Metais

O caso dos metais é o mais paradigmático com relação ao efeito da demanda, principalmente no que se refere ao grande aumento da demanda chinesa, relacionado com o grande *boom* promovido pelo desenvolvimento do setor de infraestrutura chinês. A dinâmica da produção de minerais e metais, diferentemente de outros produtos, inclusive dos alimentos, possui uma maior restrição da oferta, possuindo um lapso de tempo maior para se rearranjar com relação a mudanças na demanda. Por isso na indústria extrativa é mais comum a existência de períodos de maior capacidade ociosa, com fechamento de algumas linhas mais custosas, e períodos com uma alta escassez dos produtos.

Essa dinâmica não se deve, entretanto, a uma eventual falta desses recursos minerais ou ao seu esgotamento. O uso e a exploração dos recursos minerais devem ser revistos e reavaliados

rapidamente e urgentemente, mas devido aos grandes impactos ambientais e sociais que provocam, não por um suposto fim de suas reservas¹². O grande volume de reservas dificilmente permitiria que os custos desses impactos fossem internalizados a ponto de alterar a estrutura de preços desses produtos. Por isso, tanto para entendermos as alterações nos últimos anos, como para propormos novas formas de utilização desses produtos, necessita-se entender a dinâmica produtiva da indústria extrativa.

No caso da indústria extrativa o que importa do lado da oferta será o tamanho das capacidades produtivas existentes e seus custos de transações, o que levará a ocorrências de capacidades ociosas ou de rendas diferenciais. De forma semelhante a produção de petróleo, a alteração da capacidade produtiva da mineração leva um tempo bastante longo se comparado com outros produtos. Toda a fase de aumento da produção mineral possui um ciclo de maior duração, desde a prospecção de novas áreas, quanto da instalação da mina (dados os seus enormes impactos e conflitos socioambientais) e também do escoamento dessa produção, dada a necessidade de refazer toda uma nova infraestrutura destina a essa produção, como portos e ferrovias.

O aumento da demanda por minérios e metais pela China já se inicia no começo da década de 1990 com a sua nova fase de crescimento voltada para a promoção da infraestrutura. Entretanto, havia certa capacidade ociosa na produção mineral, principalmente nos grandes países produtores e com esse setor produtivo mais desenvolvido. O último grande ciclo de exploração tinha sido no pós-guerra, com o ciclo desenvolvimentista e de Estados Nacionais fortes. Com a crise internacional em meados dos anos de 1970 e a implantação definitiva do modelo neoliberal a demanda por metais diminui fortemente, o que levou a criação de capacidade ociosa em muitos países altamente produtivos. Por isso quando o consumo chinês começou a crescer essa capacidade ociosa pode ser utilizada sem maiores custos e sem grandes impactos nos preços.

Entretanto, a partir dos anos 2000, esse longo período de baixos investimentos no setor e de aumento repentino da demanda levou a exploração de áreas muito mais custosas, além dos fortes aumentos dos preços. A exploração de minas com custos altos, ou crescentes, levou a geração de rendas diferenciais naquelas áreas com maior produtividade. Como pode ser visto durante toda a década, houve um grande aumento das rendas para os países com uma capacidade mineradora já instalada.

Ao passo que minas com altos custos passaram a ser utilizadas e o preço dos metais atingiram recordes históricos, novas áreas passaram a receber grandes investimentos, tanto para a exploração de novas minas quanto para a dinamização da infraestrutura necessária para essa

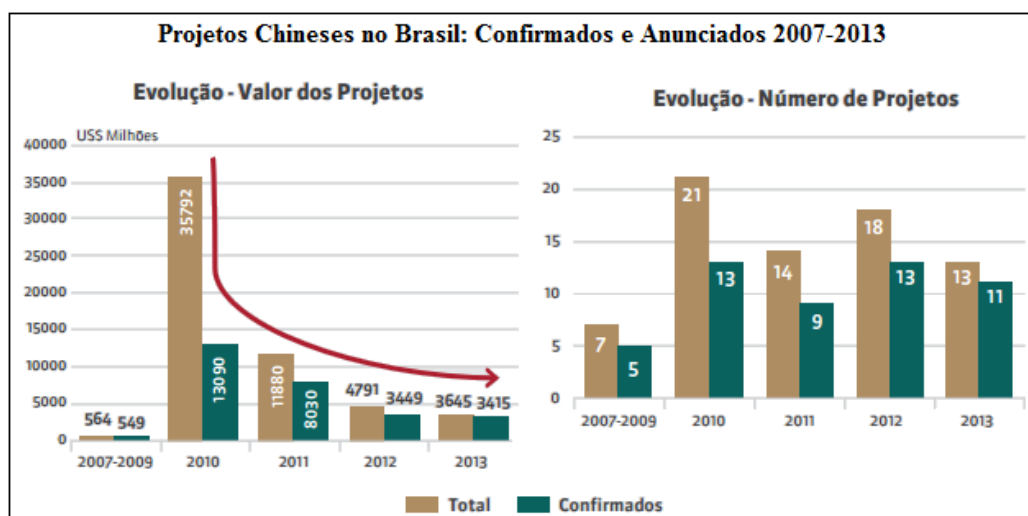
¹² Segundo estudo de Tilton (2009) estimasse que a disponibilidade de minério de ferro do planeta Terra em meados de 2000 seria suficiente para 120 milhões de anos de produção equivalente, e por volta de 2,5 bilhões de anos no caso do cobre. A percepção e a compreensão dessa disponibilidade dos recursos naturais, não deve ser entendida como uma “licença” para seu uso, ao contrário, o seu uso deve ser repensado em todos os níveis dado a grandiosidade dos seus impactos, o qual dificilmente será contido por alguma forma de internalização desses custos.

exploração. Assim durante os anos 2000, além do aumento dos preços dos metais, também ocorreu uma grande número de investimentos, os quais muitas vezes trouxeram grandes impactos para as áreas atingidas, tanto por um novo ciclo de concentração de renda e exportação de commodities, como pelos impactos diretos sofridos pela população e meio-ambientes locais.

Os investimentos chineses no Brasil

A análise dos dados dos investimentos chineses é complicada devido ao seu complexo sistema financeiro e por utilizarem sistematicamente paraísos fiscais como intermediários desses investimentos. A maioria das grandes operações financeiras chinesas ocorre a partir de Hong Kong, com muitas vantagens de engenharia financeira e com contas extremamente sigilosas (Tax Justice Network, 2013). Entretanto, as estimativas existentes já nos possibilita entender melhor esse processo e quais são algumas das suas mudanças (tendências) recentes. Vários trabalhos buscam sistematizar os investimentos chineses, tanto na América Latina quanto no Brasil, como o estudo realizado pelo Conselho empresarial Brasil-China (CEBC), em que destacam as principais áreas e montantes aplicados pela China no Brasil. Com base nesses dados e em outros levantamentos e análises é possível perceber que apesar da importância dos investimentos ligados a exploração dos recursos naturais, no caso brasileiro há certo destaque para as empresas chinesas voltadas mais ao mercado de consumo nacional. Ao longo dessa sessão iremos explorar melhor as particularidades desses investimentos.

Em 2010 a China se tornou o quinto maior investidor direto no exterior, correspondendo a 5% do total global, em 2007 esse valor não chegava a 1%. Os investimentos chineses no Brasil vêm crescendo de forma continuada, atualmente são cerca de 73 projetos que totalizam cerca de 56 bilhões de dólares, dos quais até agora 51 foram confirmados oficialmente, o que corresponde a US\$ 28,5 bilhões.



Fonte: Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC).

O processo de investimento direto chinês no Brasil obteve uma grande guinada na fase pós-crise financeira de 2008-2009, dado que antes de 2007 os investimentos chineses no Brasil são muito escassos. Principalmente em 2010 há um grande boom de investimentos totalizando cerca de US\$ 13 bilhões confirmados e US\$35,7 bilhões no total nesse ano. Entretanto esses valores podem de certa forma ser considerados modestos, tanto pelo tamanho dos investimentos atuais chineses nos outros países da América Latina, quanto pela comparação com a maior fonte de investimentos brasileira, o BNDES. Somente no ano de 2010 foram desembolsados pelo Banco de Desenvolvimento Brasileiro mais de US\$ 70 bilhões e em 2013 totalizaram US\$ 83 bilhões.

Nos últimos cinco anos, 44 empresas chinesas demonstraram interesse em ingressar no Brasil com o anúncio de projetos de investimento. Dentre esse conjunto de empresas, podem-se identificar três grupos distintos: Central SOE, SOE e empresas privadas. As “Central SOE” (Central State-Owned Enterprises) representam um conjunto de 117 grandes corporações, pertencentes a setores estratégicos da economia chinesa e que estão sob a supervisão direta do governo central. Essa supervisão é feita pela Stated-Owned Assets Supervision Commission (SASAC), instituição com status de ministério e autorizada pelo Conselho de Estado a assumir as responsabilidades de representante do interesse do Estado chinês nessas grandes corporações estatais. Já as SOE (Stated Owned Enterprises) são, para efeito deste estudo, todas as empresas estatais não pertencentes ao governo central e todas as empresas que possuam relevante participação do estado chinês como proprietário do seu capital, mesmo que outra parte da propriedade da empresa seja privada ou aberta ao capital público. As empresas privadas são aquelas que não possuem o capital do Estado em sua estrutura de propriedade (CEBC, 2012).

Dentro desse conjunto de empresas chinesas é importante ainda diferenciar o seu perfil de investimentos, com forte destaque para as empresas com supervisão direta do governo chinês (chamadas Central SOE), que possui uma forte concentração em setores estratégicos e de alta intensidade em recursos naturais: como energia (óleo e gás), energia elétrica e mineração. Os investimentos nesses setores dessas empresas supervisionadas pelo governo atingem quase 70% dos investimentos, de acordo com o CEBC. Além disso, o governo chinês estabelece uma distinção dentre 117 empresas, selecionando um conjunto de 23 classificadas como a “Espinha Dorsal da China”. Destas 23, que são percebidas como os pilares da economia chinesa, sete anunciaram investimentos no Brasil, com destaques para a Sinopec e Stategrid, que, juntas, já divulgaram investimentos da ordem de US\$ 14,5 bilhões. Esse perfil dos investimentos das empresas estatais chinesas aponta um posicionamento estratégico do governo chinês no Brasil, dada a sua clara intencionalidade de se estruturar em áreas importantes de recursos naturais, como a de energia. As empresas privadas ou com capital híbrido, por sua vez, possuem uma carteira muito mais

diversificada, com investimentos principalmente na busca de mercado, com os principais setores em: eletroeletrônicos, telecomunicações, produção de equipamentos e automotivos.

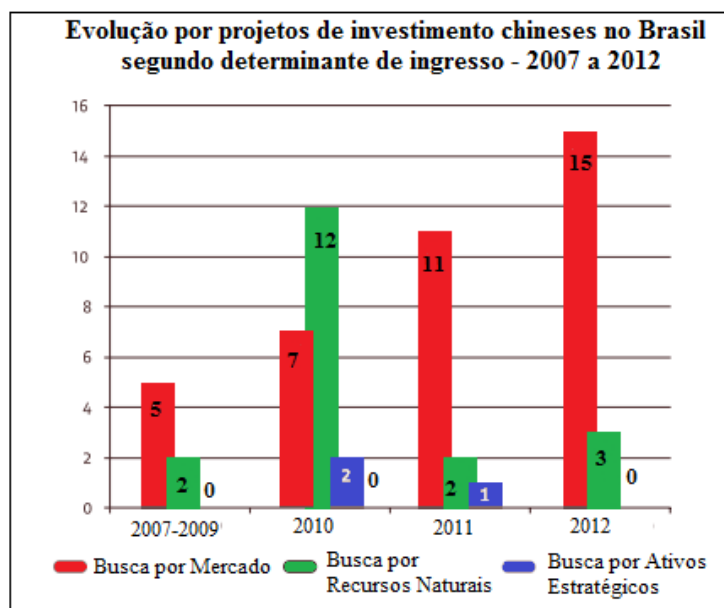
Ainda com relação à destinação dos investimentos diretos chineses no Brasil precisa destacar algumas características importantes. Apesar de extremamente difundido entre os analistas a importância dos investimentos chineses na área de recursos naturais, tanto diretamente quanto no desenvolvimento de sua estrutura necessária, esses investimentos devem ser relativizados para o caso brasileiro. O mercado brasileiro possui uma dupla distinção em relação as outras economias emergentes, tanto por possuir uma produção de commodities mais desenvolvida relativamente, quanto um forte mercado consumidor, o que levará a uma dinâmica diferente de outros países exportadores de matéria prima da América Latina e da África.

A expansão do investimento chinês na última década é claramente uma estratégia deliberada pelo Estado, que tem a intenção de articular ao mesmo tempo o controle dos mercados de energia, alimentos e mineração com a expansão das empresas industriais chinesas. Conforme exposto por Holland & Barbi (2010) a expansão dos investimentos diretos chineses podem ser sintetizados em quatro pontos principais: i) garantir acesso as fontes de recursos naturais, bem como reduzir a volatilidade nos preços das commodities, ii) busca de maior competitividade para as firmas chinesas, iii) obtenção de tecnologia através de aquisição de empresas estrangeiras, iv) aumentar a influência política da China no mundo.

O caso brasileiro é um grande exemplo dessa política chinesa, com vários investimentos tanto na produção de commodities quanto para a expansão das empresas chinesas. Entretanto o investimento na produção de bens primários no Brasil parece ter perdido a preferência dentro da estratégia chinesa. O ano de 2010 foi de certa forma um ano atípico, tanto para o volume de investimentos quanto para sua destinação, apresentando uma concentração em energia e mineração muito superior aos outros anos analisados, nesses anos investimentos em energia e mineração representara 24% e 19% respectivamente. Os projetos de investimento que visam setores como energia, petróleo e gás, mineração e agronegócio, como a produção de soja, têm por objetivo expandir e dinamizar o complexo exportador brasileiro. Observam-se investimentos cujo objetivo é elevar a capacidade de produção nacional de commodities. Após 2010, há uma diminuição dos investimentos nesses setores vinculados aos recursos naturais, mas com um crescimento da implantação de empresas voltadas ao mercado de consumo brasileiro.

A mudança no perfil dos investimentos levanta questionamentos sobre as razões que levaram as empresas chinesas a diminuir o ritmo de anúncios de projetos de investimento em busca de recursos naturais, nos anos posteriores a 2010. A China possui uma grande necessidade de recursos naturais para manutenção da sua produção, assim como dos altos investimentos em infraestrutura. Como mostramos na primeira sessão, a exportação brasileira possui uma grande

demanda da China nos produtos como minério de ferro, energia (petróleo) e alimentos como: soja, milho e proteína animal. Entretanto os investimentos chineses nessas áreas no Brasil, apesar de serem significativos, estão aquém da importação chinesa desses produtos brasileiros e da sua própria capacidade e intenção de investimento.



Fonte: elaboração própria com dados do CEBEC.

Com exceção do ano de 2010, os investimentos chineses para a área de recursos naturais se destinam para outros países com alta intensidade desse produto, como são os casos de vários países da América Latina e da África. Os motivos para essa estratégia chinesa estão principalmente nas dificuldades encontradas no Brasil e também pela intenção de desconcentrar a produção das commodities, que tem em países como o Brasil certa soberania, o que poderia levar a maiores dificuldades de preço e de dependência pela China. Podemos ver facilmente esse processo na América Latina, em que países como Equador, Peru e Venezuela tem recebido vários investimentos chineses na área de mineração, e na Argentina grandiosos projetos e aquisições para o cultivo da soja na região dos pampas.

Segundo estimativa de Gallagher, Irwin e Koleski (2013) os investimentos na América Latina foram cerca de US\$ 85 bilhões com uma forte concentração na área de infraestrutura, mineração e energia. Outros casos emblemáticos ocorrem em vários países africanos, os quais já possuem enormes zonas controladas pelos chineses com grandes projetos de exploração de recursos naturais, tanto minerais quanto agrícola e também com grandes investimentos na infraestrutura necessária para exploração e escoamento dessa produção. Segundo estudo da AidData junto com o “Center for Global Development” (ver Axel&all, 2013), os investimentos chineses na África chegam a 1.673 projetos em 51 países entre 2000 e 2011, totalizando 75 bilhões de dólares. Ainda segundo esse estudo, os países que reúnem o maior número de iniciativas financiadas pelos chineses são Zimbábue (295), Gana (195) Zâmbia (167) Sudão (164), Etiópia (159) e Quênia (151).

O Brasil, ao contrário dos outros países em desenvolvimento rico em recursos naturais, possui uma grande fonte de financiamento para seus projetos nacionais. Os desembolsos do BNDES, exatamente no mesmo período de grande crescimento da demanda chinesa e dos preços por commodities (a partir de 2003), passam a crescer de forma vertiginosa, principalmente nas áreas vinculadas com a exploração e exportação dos produtos baseados em recursos naturais. Dessa forma a indústria extrativa e do agronegócio brasileira, que já passava por um processo de intensificação tecnológica desde a década de 1990, passa por um novo ciclo nos anos 2000, com maior concentração da produção e formação de empresas gigantes com forte capacidade de internacionalização e de liderança no mercado mundial.

Além da provável intenção da China de buscar novos mercados para sua demanda crescente por commodities, ainda segundo o Conselho Empresarial Brasil China (CEBC, 2012), de acordo com uma pesquisa realizada com empresas chinesas nos setores de: mineração, petróleo e gás e agronegócio foi possível apurar que as incertezas sobre certas medidas regulatórias brasileiras para esses mercados desincentivo o ingresso de novos investimentos chineses com esse objetivo. Por exemplo, medidas como o novo código da mineração, que visa a regular os investimentos estrangeiros com o intuito de direcioná-los também a etapas de maior valor da cadeia produtiva; e o novo parecer sobre a compra de terras, que aumenta as restrições para o capital estrangeiro adquirir terras no Brasil.

De certa forma os investimentos chineses no Brasil parecem serem menos concentrados, com uma preponderância crescente na implantação de empresas chinesas interessadas na busca por mercado de seus produtos. Esse fator está muito relacionado com as próprias mudanças internas da China, que parecem ter passado de uma fase fortemente concentrada em infraestrutura para um momento de maior incentivo ao mercado doméstico, tanto vinculado com o desenvolvimento de produtos nacionais quanto pela maior busca de equidade social e crescimento no consumo interno.

Conclusão

A intenção primeira desse trabalho foi esclarecer alguns pontos sobre a relação recente entre o Brasil e a China. Nos anos 2000 muitas mudanças aconteceram na economia brasileira, sendo atribuído por muitos analistas e pesquisadores o efeito da demanda chinesa por commodities. Apesar do inquestionável papel desempenhado pelas importações chinesas, há várias questões que careciam de uma sistematização mais detalhada, a qual buscasse mostrar as especificidades desse processo, como no caso: i) dos produtos exportados e importados pelo Brasil para China, ii) nos preços das commodities, iii) no investimentos diretos chineses no Brasil.

A pauta de importação e exportação brasileira com a China mostra um processo recente de reprimarização das exportações brasileiras, tanto nos produtos quanto na sua concentração. Soja, milho, petróleo e ferro são os quatro principais produtos exportados, representando em 2013 cerca

de 83% das exportações brasileiras para a China. Vale mencionar também como essa primarização com concentração está ligada a própria mudança da matriz produtiva brasileira, que passou a acentuar o mesmo padrão comercial com outros países, como o caso dos EUA.

As importações feitas pelo Brasil com a China mostram a outra face do duplo polo exercido pelos chineses. Cerca de 98% dos produtos importados se concentram em produtos manufaturados de tecnologia, sendo 29% máquinas elétricas e 22% de máquinas mecânicas. Se por um lado o Brasil obteve grande superávit com a exportação de commodities, por outro passou a realizar grandes montantes de importações produtos tecnológicos chineses. O Brasil, dentro do quadro global, passou pelo intenso processo de uma nova fase de um mercado de massas, em que frações de classe antes excluídas passaram a ser inseridas em um mercado de consumo de bens manufaturados e com maior intensidade tecnológica, favorecidos tanto pelos menores preços desses produtos quanto pelas políticas de crédito e de distribuição de renda, possibilitadas pela situação externa favorável.

A relação da balança comercial brasileira com a China nesses últimos anos foi positiva principalmente pelo aumento dos preços das commodities, dado que o país também teve um grande aumento das importações. Contudo, o aumento desses preços não pode ser conferido apenas a demanda chinesa, com exceção do caso dos minérios. A indústria extrativa mineral possui como características um ciclo de expansão, dada a dificuldade e necessidade de grandes montantes de recursos a serem investidos. Após uma fase de maior demanda por minério e de expansão na produção, quando há uma queda nessa demanda ocorre uma capacidade ociosa, como aconteceu nos anos de 1980 e de 1990. Mas quando a demanda volta a crescer há um lapso de tempo considerável até essa indústria se adaptar ou incorporar as novas tecnologias existentes.

A indústria do petróleo, a pesar de ter uma estrutura produtiva mais próxima da de minério, possui questões geopolíticas muito distintas. O papel da indústria petroleira norte americana e o peso desse país na produção da Arábia Saudita (e consequentemente na OPEP) é o determinante, impondo durante o período analisado uma produção saudita que possibilite a viabilidade da indústria americana, o que leva a preços bem superiores ao possível padrão de produção. Por sua vez, no caso dos alimentos é bem diferente, justamente pela maior capacidade de incorporação tecnológica e por possuir uma estrutura muito mais dinâmica, tendo não só crescimentos dos preços mais modestos, quanto valor menor para a própria demanda.

A questão da importância da produção de commodities pode ainda ser visto no caso dos investimentos diretos chineses. No caso brasileiro esses investimentos possuem uma grande relevância no ano de 2010, mas nos outros anos apresenta um patamar bem mais modesto, principalmente quando comparado com países da América Latina e da África. Os motivos principais devem tanto as características brasileiras, quanto as estratégias chinesas. O mercado

brasileiro é visto com certa insegurança para investimentos estrangeiros em recursos naturais, dado o grande número de novas leis e pela pressão da sociedade civil brasileira contra esses grandes projetos. Outro motivo relevante é a intenção chinesa de criar maiores fontes de acesso aos recursos naturais, para isso a desconcentração na produção no Brasil é visto como um elemento importante, além de viabilizar investimentos para países muito mais carentes de crédito, caso que não acontece visto o tamanho recente do BNDES. Dentro dessa lógica os investimentos chineses possuem um crescimento principalmente na busca pelo mercado de consumo brasileiro, o que tem atraído um grande número de empresas chinesas voltadas para a produção no Brasil, como de automóveis e eletroeletrônicos.

Em síntese a análise desses três pontos da relação entre China e Brasil demonstra o duplo caráter desempenhado pela economia chinesa atualmente nos países em desenvolvimento com abundância de recursos naturais, como apresentado por Medeiros (2006). Por um lado leva a um saldo positivo através da importação de commodities, mas com reprimarização e concentração da produção nacional. Por outro lado, salienta a importação de produtos com maior intensidade tecnológica, o que leva a novos padrões de consumo com a incorporação de novas frações de classe dentro de um mercado de bens com maior tecnologia.

Bibliografia

AXEL D.; AUSTIN; BRADLEY C. P., FUCHS, A.; MICHAEL J. T.; STRANGE; RAMANCHANDRAN, V.; (2013) "China's Development Finance to Africa: A Media Based Approach to Data Collection"; Working Paper, Washington D.C.: Center for Global Development, available for download at <http://china.aiddata.org/datasets/1.1>, 2013.

BONEFED, W. (1992) "Social Constitution and the Form of the Capitalist State" In: Open Marxism/edited by Werner Bonefeld, Richard Gunn, and Kosmas Psychopedis, Pluto Press, London, 1992.

CLARKE, S. (1992) "The Global Accumulation of Capital and the Periodization of the Capitalist State Form" In: Open Marxism/edited by Werner Bonefeld, Richard Gunn, and Kosmas Psychopedis, Pluto Press, London, 1992.

CLARKE, S. (1991) "The State Debate", editado por Simon Clarke, London, 1991.

CEBC, (2014) "Boletim de Investimentos Chineses no Brasil", Conselho Empresarial Brasil China, disponível em: http://www.cebc.org.br/sites/default/files/boletim_de_investimentos_-_final_0.pdf, 2014.

DAVIDSON, P. (2008) "Crude oil prices: 'market fundamentals' or speculation?" Challenge, July, 2008.

DELGADO, G. C. (2010) "Especialização primária como limite ao desenvolvimento". In: *Revista Desenvolvimento em debate*. Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.111-125, 2010.

DELGADO, G. C. (2012) "Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)". Rio Grande do Sul: UFRGS Editora, 2012.

FERREIRA, S. (2012) "Condições externas e a dinâmica da inflação no Brasil, 1994-2010: uma interpretação estrutural." Tese de Doutorado. Instituto de Economia, UFRJ, 2012.

- FIORI, J. L. (2006) “Sistema mundial e América Latina: mudanças e perspectivas”. *Projeto de Historia, (PUC-SP)*, nº 32, p. 55-77, jun. 2006
- FIORI, J. L. (2011) “Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional”. In: ACIOLY, L. & CINTRA, M. *Inserção internacional soberana: temas de política externa*. Ipea: Brasília, livro 3, vol1.
- JENKINS, R. (2011) “El ‘efecto China’ en los precios de los productos básicos y en el valor de las exportaciones de América Latina. Revista CEPAL, abril, 2011.
- GALLAGHER, K; IRWIN, A.; KOLESKI, K. (2013) ¿Un major trato? Análisis comparative de los préstamos chinos en América Latina. *Cuaderno de trabalho del CECHIMEX*. Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Economía, nº 1
- HOLLAND, M.; BARBI, F. (2010) China na América Latina: uma análise da perspectiva dos investimentos diretos estrangeiros. In: Renato Baumann. (Org.). *O Brasil e os demais BRICs: Comércio e Política*. Brasília: CEPAL/IPEA.
- KOTZ, D. M. (1990) “A Comparative Analysis of the theory of Regulation and the Social Structure of Accumulation Theory”, *Science & Society*, vol. 54, No 1, pp. 5-28, 1990.
- LYNCH, M. (2006) “Crop circles in the desert: the strange controversy over Saudi oil production. Available at: <http://masterresource.org/wp-content/uploads/2008/12/crops-circles.pdf>. 2006.
- MARX, K.; ENGELS, F.; (!974) “Crítica dos programas socialistas de Gotha e Erfurt”, Porto, s/ed, 1974
- MEDEIROS, C. A. (2006) “A China como um duplo polo na economia mundial e a recentralização asiática.” *Revista de Economia Política*, v. 26, 2006.
- PINTO, E. C. (2013) “A dinâmica dos recursos naturais no Mercosul na década de 2000: ‘efeito China’, estrutura produtiva, comércio e investimento estrangeiro”, disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/2013/TD_IE_005_2013.pdf
- PINTO, E.; BALANCO, P. (2012) “Transformações do capitalismo contemporâneo e os impactos para a América Latina: retrospectivas, mudanças e perspectivas”. *Revista Olho da História*, nº 19, dez.
- SERRANO, F. (2013) “A mudança na tendência dos preços das commodities nos anos 2000: aspectos estruturais”, *Oikos*, vol. 12, n.2, pgs. 168-198, Rio de Janeiro, 2013
- SERRANO, F.; SUMMA, R. (2011) “Política Macroeconômica, Crescimento e Distribuição de renda na Economia Brasileira dos anos 2000”, *Observatório da Economia Global*, n.6, 2011.
- TAX JUSTICE NETWOK (2013) “The Financial Secrecy Index – Hong Kong”, In: Financial Secrecy Index, Tax Justice Network, available at: <http://www.financialsecrecyindex.com/PDF/HongKong.pdf>, November, 2013.
- TILTON, J. (2009) “Is mineral depletion a threat to sustainable mining?” Available at http://inside.mines.edu/UserFiles/File/economicBusiness/Tilton/Sustainable_Mining_Paper.pdf. 2009.
- Unctad (2012) “Trade and Development Report, 2012”. Unctad, 2012.
- World Bank (2009) “Global Economic Projects 2009: Commodities at the Crossroads”. World Bank, 2009.
- V. Braunmühl (1976) “Die Internationale Organisiertheit der biürgerlichen Gesellschaft”, in *Gesellschaft* 8/9 (Frankfurt).